

**IMBACH, Ruedi; OLIVA, Adriano. *A filosofia de Tomás de Aquino: elementos essenciais*. Trad. André Luís Tavares. São Paulo: Loyola, 2021, 174p. ISBN: 978-65-5504-103-3.**

Mais um opúsculo vem enriquecer as bibliotecas tomistas, em uma clave introdutória, como ressalta o próprio título, cuja versão original francesa é ligeiramente distinta: *La philosophie de Thomas d'Aquin: Repères*. Foi publicada pela editora Vrin em 2009, como uma espécie de “guia de viagem” (p. 9) para conhecer a “catedral” tomista. Como salienta o prefácio ao citar um trecho do comentário de Tomás de Aquino à *Metafísica*: “É sempre bom sermos agradecidos a todos aqueles que nos ajudaram a conquistar este tão grande bem que é o conhecimento da verdade” (p. 11).

Os Autores são expertos na pesquisa tomista. O suíço Ruedi Imbach foi professor e vice-reitor da Universidade de Friburgo, Suíça, antes de ensinar Filosofia Medieval na Universidade de Paris-Sorbonne, onde continua como emérito. Já o italiano Fr. Adriano Oliva, OP é presidente da Comissão Leonina, responsável pelas edições críticas da *opera omnia* de São Tomás de Aquino.

O sintético manual é dividido em três partes, além de um prefácio e um posfácio, o qual, nesta versão portuguesa, foi renomeado como “Anexo”. A sucinta primeira parte, da lavra do frade dominicano, versa sobre a biografia de Tomás de Aquino. Já a segunda e a terceira saíram da pena do

filósofo suíço, cujos originais foram redigidos propriamente em língua alemã (*Thomas von Aquin*, in *Grundriss der Geschichte der Philosophie*). A presente tradução é, em geral, escorreita e idiomática, respeitando bem a índole da língua portuguesa.

A parte biográfica traça um percurso histórico, com pinceladas fundamentais sobre a vida acadêmica do Aquinate. Narra-se, por exemplo, a sua passagem pelo *Studium* de Nápoles e a formação com Santo Alberto Magno em Paris, onde “leu” – isto é, comentou – as *Sentenças* de Pedro Lombardo (mantido aqui em francês como “Pierre Lombard”).

Sobre o primeiro período de ensino na Universidade de Paris, recorda-se a célebre tríade de Pedro Cantor, base da docência na academia: *legere, disputare, praedicare*. O Angélico retoma ainda a exortação de Santo Hilário, segundo a qual a principal tarefa do sábio é fazer com que todas as palavras e sentimentos falem de Deus.

Retornando à Itália em 1259, o jovem teólogo dirige-se provavelmente ao convento napolitano, para em seguida rumar a Orvieto, onde Urbano IV havia de instalar em 1261 a Cúria Pontifícia. Lá o Aquinate pôde ter acesso a uma vasta biblioteca, que continha, entre outros tratados, as famosas “sumas para

confessores, destinadas à formação moral e jurídica” (p. 22).

Mais tarde, compôs em Roma o seu *opus magnum*, a *Suma de Teologia*, sem a pretensão de substituir as *Sentenças*, mas apenas para servir de um prelúdio a principiantes na Teologia. Em 1268, retornou a Paris, em meio às hercúleas discussões doutrinárias entre religiosos e seculares. Contudo, isso não o impediu de compor ou completar uma quantidade imensa de obras, em particular, os comentários a Aristóteles.

Em 1272 retornou a Nápoles, quando se ocupou em grande medida da redação da *Tertia Pars* até que, no início de dezembro de 1273, após ter sido raptado misticamente, “Tomás se desfaz de seus instrumentos de escrita (*organa scriptionis*) e, assim, cessa de ditar” (p. 30). Ante a insistência de seu secretário para que retomasse suas atividades, o Aquinate responde: “Reginaldo, eu não posso, pois tudo o que escrevi me parece palha” (idem). Finalmente, entregou a alma a Deus no dia 7 de março de 1274.

Imbach enceta a segunda parte versando sobre a natureza e a divisão da Filosofia, com base no princípio de ordem, no axioma aristotélico *sapientis est ordinare* (p. 33, no texto há um *lapsus calami*: está grafado como “*sapiens*”) e na divisão tradicional estoica da Filosofia.

A lógica é instrumento para as ciências e para as três partes da Filosofia especulativa, segundo os graus de separação da matéria: física, matemática

e metafísica. Sobre a primeira, o Aquinate faz grandes distinções: a de ato e potência, de substância e *acidente* (esta última brumosamente traduzida aqui para “acaso”; cf. p. 37), e também a diferenciação das quatro causas. O filósofo suíço recorda ainda alguns princípios fundamentais, como aquele aristotélico de que *omne agens agit propter finem* e sobre a noção de tempo.

A Filosofia prática se funda no princípio de que o agir moral segue a razão, e que as ações são propriamente humanas na medida em que o homem atua enquanto tal, ou seja, quando é mestre de seus atos. Já a Metafísica “se interroga sobre o que é cognoscível ao mais elevado grau (*maxime intelligibile*)” (p. 41).

Sobre a História da Filosofia, o Doutor Comum concebe que os primeiros filósofos procederam de modo gradual (*quasi pedentim*) no conhecimento da verdade. Ademais, “Tomás se une a Aristóteles para dizer que todo pensador cuja concepção será adotada, assim como todo autor cuja opinião será rejeitada, é digno de consideração, na medida em que ele ‘contribuiu para a descoberta da verdade’” (p. 43).

Tratando sobre o conhecimento humano, Imbach primeiro discorre sobre o desejo de conhecer, ínsito na natureza humana. O homem se encontra bem na “fronteira entre o mundo material e o espiritual” (p. 45), de modo que se lhe exige a percepção sensível e a abstração,

por meio da qual o intelecto se volta às representações sensíveis (*phantasmata*). O Autor ainda recorda alguns traços essenciais da gnosiologia tomista, como ausência de conhecimento inato, a potencialidade do intelecto a todo universo cognoscível, o fato de o homem ser o único a ter prazer na percepção das coisas *sensíveis* (p. 48; aqui traduzido por “*sutis*” [?]), e o conhecimento de si mesmo intermediado pelo conhecimento de outro objeto.

No tocante à Ética, Imbach aborda de início a unidade do homem, lembrando que o Aquinate “nega expressamente toda redução do homem à sua alma” (p. 51). No âmbito das paixões, recorda que todas elas pressupõem o amor. Sobre o amor a si, relembra ainda que este é “forma e raiz” de todo amor. As emoções são descritas como “enfermidades ou perturbação da alma’ somente no caso em que elas se subtraem ao controle da razão” (p. 54).

Sobre as virtudes, Imbach destaca a justiça, como “hábito pelo qual alguém, em virtude de uma vontade firme e constante, atribui a cada qual seu direito” (p. 57). Já sobre o direito à propriedade privada, traz à baila três argumentos tomasianos: “[1] Cada um se preocupa melhor daquilo que possui; [2] os negócios humanos são mais bem administrados quando os regimes de propriedade são claramente determinados; [3] a propriedade privada favorece o entendimento pacífico entre os homens” (p. 59).

Antes de tratar a respeito do pensamento político, Imbach versa sobre a felicidade e a liberdade. O Aquinate segue Aristóteles ao defender que “a arte imita a natureza”, que o homem é um “animal político” e que a ciência política ocupa “o primeiro lugar entre as ciências práticas” (p. 63). Estende-se ainda sobre a lei e o melhor regime de governo, o qual, segundo o Aquinate, haveria de ser uma forma mista, abrangendo tanto a participação geral dos cidadãos quanto a unidade de um monarca.

Discutindo sobre o ente, Imbach sustenta que a Ontologia se oporia à Metafísica (p. 67), sem, porém, declinar as razões, embora desde Christian Wolff se sustente que tais termos podem ser convergentes. Quanto aos transcendentais, recorda que coincidem com o ser, mas se distinguem segundo a razão.

A obra contém uma abordagem relativamente longa da Teologia filosófica, começando pela demonstrabilidade da existência de Deus, que ocorre, na visão tomista, remontando dos efeitos às causas. As provas das famosas cinco vias se baseiam na experiência e na interpretação filosófica dos dados empíricos até chegar a um “primeiro”, identificado com Deus. Pressupõe-se, ademais, que não pode haver um *regressus ad infinitum* na ordem das causas. No prólogo ao comentário joanino, Tomás sustenta ainda que “a

via mais eficaz para conhecer Deus procede da ordem do mundo visível e de seu ordenamento a um fim, sendo ambos manifestos aos sentidos” (p. 76).

Merece destaque outra argumentação teísta no juvenil *De ente et essentia*: “[1] o ser de todo ente, cuja essência não é idêntica ao ser, é causado, e que [2] o que é por meio de um outro que não si mesmo (*per aliud*) deve ser reconduzido a algo que existe por si (*per se*). Deve-se, então, haver [3] algo que seja a causa do ser de todas as coisas” (p. 78).

Sobre os nomes que damos a Deus, Tomás advoga que eles não são meros sinônimos, mas hão de ser predicados de maneira analógica. Seja como for, o nome mais apropriado para Deus encontra-se em Êxodo 3,14: “Eu sou o que sou” (p. 82).

A segunda parte se encerra com uma abordagem sobre “crença, ciência e teologia”. Recordar-se que a *sacra doctrina* ocupa a primeira posição entre as ciências, pressupondo os artigos de fé como primeiros princípios, os quais são evidentes apenas para Deus. Agregase ainda a questão da harmonia entre a razão e a fé, pois se tratam de “duas espécies de conhecimento sobre Deus” (p. 85). A fé nada mais é do que um ato de pensamento acompanhado por uma adesão. Por fim, trata sobre os infieis e de como é incorreto forçar pagãos a crer.

Em relação aos limites do conhecimento, Tomás oferece alguns exemplos cogentes: primeiro, uma

velhinha sabe mais sobre a Encarnação do que os maiores filósofos da humanidade. Ademais, o homem *per se* é incapaz de desvendar a natureza de uma mosca, lembrando que “um filósofo passou trinta anos de sua vida na solidão para estudar a natureza da abelha” (*In Symbolum Apostolorum*, prol., p. 89).

A postrema parte traz uma sinopse das principais obras (de índole filosófica) do Doutor Angélico, apesar de nem todas terem sido contempladas, como, por exemplo, o comentário à *Ética* ou à *Metafísica* de Aristóteles.

Ao abordar a *Summa contra gentiles*, comenta que “a obra não foi concebida como um manual para missionários cristãos, ao contrário do que achavam os intérpretes mais antigos, mas, sim como uma estrita confrontação teórica com os vários erros possíveis, tais como puderam tomar forma no curso da história” (p. 106). De fato, isso é consonante ao título do seu manuscrito mais antigo: *Liber de veritate catholicae fidei contra errores infidelium*. Na realidade, essa já era a hermenêutica adotada por Jean-Pierre Torrell, OP. No entanto, parece-me que a posição de Pasquale Porro há de ser considerada: não há contradição de que esta obra tenha sido encomendada por Raimundo de Peñafort para contrastar os maometanos na Espanha e seja, ao mesmo tempo, um manual missionário.

Destaco ainda um trecho sobre o comentário ao livro de Jó: “Tomás justifica a vontade de Jó de ‘discutir com

Deus' (Jó 13,3), pretensão chocante à primeira vista, afirmando sem nenhum pudor que uma disputa se fundamenta sobre a verdade dos enunciados e não sobre a autoridade dos participantes: 'Quando alguém diz a verdade, não pode ser vencido, não importa quem seja seu oponente na discussão'" (*Job*, 87b, p. 113).

O Anexo traz também um comentário bem interessante sobre uma pintura de Filippino Lippi da capela de São Tomás na Basílica de Santa Maria sopra Minerva, em Roma. A imagem traz a alegoria da Filosofia e da Teologia. No fundo a intenção dos autores é desmistificar a ideia de que a Filosofia seria tão somente uma *ancilla Theologiae* (serva da Teologia). De fato, "Tomás trata apenas uma vez das ciências filosóficas como servas" (p. 146).

A questão é que, ao denominar a Filosofia como *ancilla*, a Teologia (*sacra doctrina*) deveria ser chamada de *domina*; contudo, como bem apontou o Aquinate, a Teologia é uma ciência subalterna àquela do próprio Deus. Assim, "é a ciência de Deus que, para Tomás, é a verdadeira *domina*" (idem). Portanto, poderíamos determinar que tanto a Filosofia quanto a Teologia são *ancillae* da *scientia divina*...

Outro ponto importante aqui ressaltado é a autonomia da Filosofia em relação à Teologia, mesmo porque "toda disciplina tem como fim manifestar a verdade" (*Sent.*, I, d. 34, q. 3, a. 2). E essa verdade, para Tomás, não é nem filosófica nem

teológica" (p. 147). Sem a conservação da legítima autonomia, arrisca-se, na opinião dos autores, de ridicularizar a fé. Donde, a obra se concluir assim: "Essa atitude profissional de Tomás de Aquino é um convite para todo leitor, o de buscar, antes de tudo, a verdade, objetivo de toda ciência e amiga exigente" (p. 149).

O opúsculo ainda traz uma sintética bibliografia e um índice remissivo; nesta edição portuguesa, encontra-se uma apropriada atualização da última edição de Torrell. À guisa de paralelismo, trata-se quase de um resumo filosófico dos clássicos de Torrell (*Iniciação a Santo Tomás de Aquino*) e Porro (*Tomás de Aquino: Um perfil histórico-filosófico*). Esta última obra, ausente na versão francesa por ter sido escrita *a posteriori*, foi acrescentada oportunamente pelo tradutor na presente versão.

Este "guia de viagem" servirá certamente como uma introdução ao pensamento de São Tomás de Aquino. Santo Agostinho comentava que quem nunca saiu de sua cidade é como alguém que leu apenas um livro em sua vida. Se é válida a analogia, a presente obra pode ser também comparada a uma rápida "ponte aérea" que conduz às supernas moradas da contemplação da verdade. Boa viagem!

*Felipe de Azevedo Ramos, EP*  
(Professor – IFAT)